

# Castro de Guifões (Matosinhos): evidências de uma ocupação diacrónica

---

\*FLUP – DCTP II  
CITCEM  
andrea.arezes@  
gmail.com

Andreia Arezes\*

A autora escreve  
segundo o Acordo  
Ortográfico de 1945.

*“[...] Este castro, com moedas de Nero e de Constantino, com louça castreja, terra sigillata, sigillata clara D, estampada, e medieval, certamente muito ligado à economia do mar, deve ser um dos melhores locais de Entre Douro e Minho para se documentar o suceder local das diversas épocas históricas. [...]”*  
(Almeida, 1969, p. 33)

**Resumo** Neste texto perspectiva-se um sítio actualmente em estudo no âmbito de um Projecto de Investigação Plurianual em Arqueologia. Há muito identificado, foi já sujeito a múltiplos olhares e intervenções, concebidas para responder a diferentes inquéritos, mediante aplicação de metodologias muito diversas. A dispersão dos muitos dados e materiais recolhidos pelas variadas figuras que nele trabalharam, aliada a uma ampla história de destruições, transformações, e evolução dos usos do solo, torna complexa e, simultaneamente, desafiante, a compreensão das estratégias de fixação e apropriação do espaço num Castro de “vida” longa. Beneficiando de uma implantação geográfica notável, condição provavelmente indissociável da longevidade da ocupação que se lhe encontra associada, assume-se como sítio de referência obrigatória no quadro do Noroeste Peninsular para o período que se estende entre a Proto-História e a Época Medieval. As problemáticas suscitadas pelo registo arqueológico (o já existente, a par do que se encontra em construção), assim como pelas referências documentais que lhe são dedicadas, configuram um manancial de investigação em aberto, a explorar em distintas vertentes.

**Abstract** This text looks into a site currently under study in the framework of a Research Project in Archaeology. Long identified, it has already been subjected to multiple looks and interventions, designed to respond to different questions, using very diverse methodologies. The dispersion of the many data and materials recovered by the various figures that worked therein, coupled with

a wide history of destructions, transformations, and evolution of land uses, makes complex and simultaneously, challenging, the understanding of the strategies of space fixation and appropriation in this settlement.

Benefiting from a remarkable geographical implantation, condition probably indissociable from the longevity of its occupation, it is assumed as an essential reference point in the Northwest of the Iberian Peninsula for the period that extends between Proto-History and Medieval Age. The issues raised by the archaeological record (the existing, along with what is under construction), as well as by the documentary references that are dedicated to this Castro, constitutes a source of open research, to be explored in different ways.

## 1. Introdução

É possível que o velho Castro (ou Mons) Quifionnes (Fig. 1), cujos mais antigos vestígios de ocupação recuam à primeira metade do I milénio a.C., tenha sido votado ao abandono a partir do século VI. Mas, no dealbar do ano 1000 e, pelo menos, até meados do século XII, estaria novamente activo, numa vertente de utilização intrinsecamente relacionada com os domínios militares e de organização do território. Com efeito, ali se ergueu um castelo medieval (Almeida, 1978, pp 37–38; Varela, 2010, pp. 111, 145; Barroca, 2017, pp. 202, 208, 234–235), ainda que provavelmente estruturado de modo rudimentar, em consonância com os moldes característicos da fase de incastelamento dos séculos X e XI (Barroca, 1990–1991, p. 91).

A partir do último quartel do século XIX e ao longo da primeira metade do XX começaram a suceder-se as observações e apontamentos (Cleto & Varela, 1999, pp. 1–3) que incidiam sobre o passado proto-histórico e romano do lugar, cedo arrolado como parte do mundo “castrejo” do Noroeste Peninsular. Visitado por Martins Sarmiento, foi por ele comparado a outros Castros emblemáticos, como os de Cosourado, Roques, Terroso ou Bagunte, apenas para citar alguns dos topónimos incluídos numa longa lista de espaços que então se julgava distinguíveis apenas em função das dimensões apresentadas (Sarmiento, 1883–1884, p. 2).

Não obstante, é interessante salientar que, já aquando das escavações que levou a cabo na “coroa da povoação”, nenhuma estrutura de contorno circular foi detectada: apenas construções quadradas. Sarmiento ressaltou, contudo, o facto de ter identificado indícios de alterações no terreno, às quais se poderia ter ficado a dever o removimento de alicerces de



outros dispositivos (Sarmiento, 1878, p. 41). É certo que a extensão das sondagens do século XIX não deverá constituir “amostra” suficientemente eloquente da realidade arqueológica daquela área. Aliás, em meados da década de 50 da centúria subsequente, Joaquim Neves dos Santos afirmava existirem estruturas de diferentes configurações (circulares, rectangulares e quadradas) em distintos pontos do Castro, nomeadamente, no planalto e nas vertentes (Santos, 1955, p. 26), pelo que se poderá equacionar a possibilidade de as transformações levadas a cabo no Baixo Império (Cleto & Varela, 1999, p. 7), terem também afectado o topo da elevação.

Esta dinâmica de arrasamentos, seguida de novos fôlegos construtivos, foi igualmente percebida na encosta poente do monte. Também ali, no quadro das escavações iniciadas nos anos 90 do século XX, se registou a presença de dois edifícios de planta quadrangular, que muito provavelmente terão sido habitados entre os séculos III e IV<sup>1</sup>. Todavia, muitos dos blocos graníticos visíveis nas referidas construções aparentavam ter recebido usos

Fig. 1 – Perspectiva do Castro de Guifões, captada a partir da ponte móvel que permite a travessia do rio Leça. Em primeiro plano destacam-se contentores depositados no porto de Leixões.

<sup>1</sup>Cronologia compatível foi igualmente atribuída às cerâmicas (nomeadamente, formas de cozinha) recolhidas em correlação com as mencionadas estruturas (Pires & Varela, 2019, p. 56).

Fig. 2 – Fotografia da autoria de Joaquim Neves dos Santos, tirada em Março de 1962, por alturas das explorações que levou a cabo no Campo da Ponte.



não permitem depreender se o dispositivo detectado terá possuído mais do que uma fase de estruturação nem, tão pouco, de ocupação. Em contrapartida, a análise da planta publicada postumamente sugere que os muros rectilíneos se terão sobreposto a uma estrutura de contorno circular (Santos, 1995–1996, p. 22; Varela, 2010, p. 143, fig. 101), atribuível à Idade do Ferro. Além do mais, importa regis-

tar que, no aparelho do edifício, se destacava uma pedra com “suástica de quatro braços” (Santos, 1963, p. 137; Santos, 1995–1996, p. 22), símbolo utilizado em vários períodos, com múltiplas variantes e, conseqüentemente, leituras<sup>3</sup> (Coimbra, 1999, p. 107). Ou seja, também no sopé da elevação, extramuros e bem perto do curso fluvial, haveria uma diacronia a considerar.

Em 1975, apontava-se no texto que dava a conhecer a *Terra Sigillata* Clara D exumada no Campo da Ponte, a perspectiva de publicação de um relatório dos trabalhos ali efectuados (Almeida & Santos, 1975, p. 50, n. 6). Porém, o relatório em causa, a preparar por Neves dos Santos, não chegou a ser divulgado, pelo que as informações cedidas ficaram aquém do expectável. O autor apostou, ainda assim, e em diferentes textos, na apresentação de algumas particularidades do edifício colocado a descoberto, a par da indicação de usos possíveis para alguns dos seus espaços<sup>4</sup>.

Em paralelo, são conhecidas fotografias ilustrativas da intervenção. E algo que desde logo sobressai em muitos desses registos anotados no verso pela mão de Neves dos Santos, é a imensa quantidade de pedra granítica observável: pedra incorporada em alinhamentos, ou que assoma em “cortes” patentes no terreno<sup>5</sup>; contudo, parte desses blocos, fundamentalmente de médio porte, já não se encontrava em conexão, mas amontoada, denunciando a existência de estruturas entretanto desmanteladas, com a subsequente criação de derrubes de vulto (Fig. 2). Actualmente, é inviável efectuar qualquer tipo de pesquisa na parcela onde figurava o “edifício da suástica”: está integrado numa propriedade privada agricultada, onde entretanto

prévios, não sendo de excluir que, originalmente, tenham incorporado as estruturas dos séculos I e II, entretanto desmanteladas (Pires & Varela, 2019, pp. 55–56). De qualquer modo, tais estruturas não se articulam com a primeira fase de ocupação da encosta. A detecção de uma série de supostos “buracos de poste” que cortavam o substrato saibroso, e no interior dos quais figuravam cerâmicas de fabrico manual (Varela, 2013, p. 79), veio reforçar a ideia de que, em diversos momentos, a encosta esteve recoberta de construções, independentemente de constarem de dispositivos “perenes”, ou de base perecível.

Mas as evidências relativas à fixação em distintos pontos do Castro, não se circunscrevem às áreas do topo e vertentes. A este respeito, sublinhe-se que os vestígios descobertos na base poente do sítio, mais concretamente, no chamado Campo da Ponte, onde actualmente estão em curso as intervenções do Projecto GUIFARQ<sup>2</sup>, têm vindo a ser repetidamente evocados na bibliografia. O reconhecimento desses vestígios, em larga medida resultante de um processo de arroteamento que motivou as explorações conduzidas por Neves dos Santos no local, remonta a 1961–62. Nessa altura foi identificado um conjunto de alinhamentos pétreos que perfaziam um complexo esquadriado, dotado de vários compartimentos (Santos, 1995–1996, p. 22; Varela, 2010, p. 143, fig. 101). Atendendo às características “dos restos de construções”, e aos materiais recuperados em correlação, foi proposta uma integração do conjunto no Baixo Império (Santos, 1995–1996, p. 22; Almeida & Santos, 1975, p. 56; Cleto & Varela, 1999, p. 7). Note-se, contudo, que as parcas informações disponíveis

<sup>2</sup>O Projecto GUIFARQ encontra-se na sua II edição (sendo que o PIPA que lhe garante o devido enquadramento se estende até 2022). A primeira fase decorreu entre 2016 e o final de 2018.

<sup>3</sup>De acordo com alguns investigadores o motivo de Guifões será compatível com a representação de uma “rosa camuna”, similar a outras que foram sendo detectadas em diferentes pontos da geografia europeia, caso de val Camónica (Itália), Ilkley (Inglaterra) ou Askum Parish (Suécia). Neste sentido, poderia ser encarado como testemunho das ligações que, por via terrestre ou marítima, fomentariam intercâmbios culturais a ampla distância (Dupuy, 2009, p. 117).

<sup>4</sup>Como exemplo, apontamos a hipótese apresentada por Neves dos Santos para o compartimento onde figurava o bloco com suástica: a de se tratar de uma área com vocação mágico-religiosa e funerária (Santos, 1963, pp. 137, 141).

<sup>5</sup>Alguns desses “cortes” de terreno poderão ter sido criados aquando das movimentações que tinham como objectivo o desbravar das terras da bouça; outros, por seu turno, deverão ter resultado das “explorações” de Neves dos Santos.

se ergueram novas construções, com recurso a pedra granítica reaproveitada. Mas, a sul, em zona confinante, espraiava-se o terreno (propriedade da APDL) onde o Projecto GUIFARQ –Projecto de Investigação Arqueológica de Guifões, implementou a sua área de escavação.

## 2. Resultados e perspectivas

Os primeiros resultados obtidos com a intervenção realizada em 2016, já no âmbito do PIPA supra-mencionado, confirmaram a vigência de uma fase de ocupação tardia no Campo da Ponte, em consonância com o sugerido pelos diversos testemunhos anteriormente arrolados. Todavia, as campanhas que se seguiram, entre 2017 e 2019, demonstraram que, tal como verificado a meia encosta, houve etapas prévias sedimentadas naquela área: uma alto-imperial e uma atribuída à Idade do Ferro.

Entre os vestígios que atestam a ocupação proto-histórica daquele espaço aplanado e a cota baixa, merece referência um contexto identificado em 2018 na parte nascente da quadrícula 1: trata-se de [133], uma lareira de contorno arredondado, de barro pisoteado, provida de motivos circulares impressos, sequenciais e bem definidos (Fig. 3), com características próximas das apresentadas noutros sítios com ocupação da Idade do Ferro. Atente-se, como exemplo, numa, mal preservada, detectada no Castro de Briteiros, em Guimarães (Centeno & Silva, 1978, p. 423; est. VIII), ou na de Santo Estevão da Facha, em Ponte de Lima (Almeida & *alii*, 1981, p. 64; est. V).

No espaço adjacente à lareira “decorada” de Guifões, mas dela separada por uma faixa de saibro não desbastado, destacava-se uma segunda área de combustão, [170], isenta de qualquer motivo, e em estado de conservação menos regular<sup>6</sup>. Patentes no substrato geológico rebaixado e ladeadas por uma série de depressões (sobretudo no caso de [133]), encontravam-se cobertas por [65] (Fig. 4), um nível de tonalidade cinzenta onde pontuavam carvões dispersos, e que permitiu a recolha de um conjunto de cerâmicas comuns micáceas,

produto de cozedura redutora e, nalguns casos, com superfícies calcinadas. O acervo, que a despeito da fina potência do nível, ascendia a 106 fragmentos, distinguia-se sobretudo em razão do brilho metálico conferido pelas abundantes micas presentes nas pastas (Arezes & Varela, 2018a, pp. 42, 52, 81), traço especialmente característico das produções de tradição indígena da Idade do Ferro, comumente designadas como “castrejas” (Vilaça, 2007, p. 12) no território onde o Castro se insere.

Os contextos estratigráficos em questão correspondem, pois, aos de cronologia mais recuada até ao momento registados no Campo da Ponte. Não obstante, e apesar das limitações de que a intervenção do Projecto GUIFARQ padece, e que fundamentalmente decorrem, por um lado, do estado ainda embrionário dos trabalhos e, por outro, da conjugação de uma série de factores que afectaram a integridade da sequência de estratificação da área de escavação, é possível afirmar que, na sequência dessa primeira (?) etapa já identificada, em que os materiais compõem um manancial de âmbito eminentemente local, verifica-se uma alteração da situação vigente.

Com efeito, são vários os níveis onde convivem, lado a lado, cerâmicas de tradição indígena (mais residuais, é certo), a par de produções romanas. Tomamos como exemplo dessa associação um depósito saibroso pouco extenso, de tonalidade amarelada ([38]) que proporcionou a recolha de um conjunto que ascendia a 186 fragmentos, dos quais 32 micáceos (um deles correspondente ao bordo de um tacho com arranque de asa interior<sup>7</sup>), 3 de *sigillata* hispânica (um dos quais de uma forma 15/17), 107

<sup>6</sup>Foram sujeitas a processo de consolidação, através da aplicação de um composto de origem orgânica designado Estell 1100. Permanecem *in situ*.

<sup>7</sup>Nos inícios da década de 30, Serpa Pinto indicava os vasos com asa interior como exemplo de uma das formas da cerâmica castreja presentes em vários castros, caso de Guifões, Sabroso, Briteiros e Santa Tecla (Pinto, 1932: 86). Trata-se, de facto, de um tipo com ocorrência documentada em diferentes sítios do Noroeste peninsular, quer no actual território português, quer no galego. A par, por exemplo, das asas em orelha, enformam acervo comum do período de “mudança da era”, que se estende entre o século II a.C. e o I d.C., e que J. Rey designa como “castrejo galaico romano” (Rey, 2014, pp. 298–299).



Fig. 3 – Imagem referente à zona de lareira ([133], com círculos sequenciais, e [170], destituída de motivos impressos). Permite a observação das depressões com diferentes configurações que ladeiam os contextos de combustão, nomeadamente, do negativo alongado que se estende sensivelmente de sudoeste para nordeste.

Fig. 4 – Registo de [65], depósito de cor cinzenta que integrava cerâmicas micáceas e se sobrepunha à área de combustão identificada na quadrícula 1 (parte nascente do terreno da APDL, actualmente em escavação).



Bética (alguns da área costeira; mas, na generalidade, como vimos, do vale do Guadalquivir), foram igualmente detectados fragmentos compatíveis com outras formas e origens. Registe-se, por um lado, a ocorrência de produções lusitanas alto-imperiais (provavelmente, de forma Dressel 14) e, por outro, de dois fragmentos de uma (?) Dressel 1 A, oriunda da Península Itálica (Arezes & Varela, 2018b, pp. 32–33). Atendendo à cor avermelhada da pasta

<sup>8</sup>Muito embora as *sigillatas* exumadas no Castro sejam, na sua esmagadora maioria, hispânicas, há dois fragmentos itálicos inventariados (Morais, 2013, p. 104).

<sup>9</sup>Forma bastante frequente no quadro das produções hispânicas. Segundo F. Mayet, o arranque do fabrico poderá ser colocado nos meados do século I, não sendo claro, porém, qual o momento em que é descontinuado (Mayet, 1983, pp. 27, 72–73, planche LXIII).

<sup>10</sup>De notar, contudo, que outros produtos eram igualmente transportados nestes contentores: “[...] Graças aos *tituli picti* conhecidos sabemos que as ânforas Haltern 70 transportavam *defructum, sapa, oliva ex defructo, oliva dulcis* e *mulsum* [...]” (Morais, 2004, p. 545).

de “comum” romana, e cerca de três dezenas de ânfora. Neste quadro, merecem realce os contentores anfóricos provenientes da Bética, com prevalência das Haltern 70, oriundas do Vale do Guadalquivir (Arezes & Varela, 2018b, pp. 21, 30–31, 39, 52–53): dado que vem corroborar estudos previamente realizados (Morais, 2013, pp. 107–108).

A situação aferida para o depósito em causa, na zona nascente da escavação, pode ser cotejada com as especificidades de outras unidades, por seu turno detectadas a poente. Em [47], um nível que encostava a uma estrutura de grande porte, [63], foi recuperado um conjunto de cerâmica de tradição indígena (77 indivíduos), fundamentalmente de âmbito doméstico, e que incluía vários fragmentos de tachos de asa interior, a par de copos ou potinhos. Em paralelo, e para além da “cerâmica comum” romana (95 fragmentos), parte de uma *sigillata* hispânica<sup>8</sup> (forma 27)<sup>9</sup>, duas parcelas de *dolia* e, especialmente representativa, ânfora (185 fragmentos). Sem surpresa, correspondem, na sua esmagadora maioria, às recorrentes Haltern 70, que entre o ocaso do século I a.C. e os meados da centúria subsequente, assumem enorme preponderância na distribuição dos vinhos hispânicos<sup>10</sup> no Noroeste (com destaque para os da Bética), daí a omnipresença desta tipologia no registo arqueológico da região, especialmente no período Augustano, que coincide com o apogeu da sua difusão (Fabião, 1998, pp. 180–181; Carreras Monfort, 2000, pp. 420–421).

Note-se, todavia, que para além dos múltiplos contentores procedentes, precisamente, da

(Munsell 2.5 YR 6), com notória inclusão de minerais de cor negra (“areia preta”), tudo indica ter sido produzida na Campânia. Destinada ao transporte de vinho (muito embora existam igualmente evidências da colocação de azeitonas neste tipo de contentor), terá circulado entre a segunda metade do século II a.C. e os meados do século I d.C. (Peacock & Williams, 1991, p. 87; Bezeczky, 2010, p. 83). Traduzindo, não há dúvida de que, na viragem do milénio, e ao longo do século I d.C., o panorama da ocupação na base do Castro revela claras alterações face a momentos prévios. A entrada em cena de materiais romanos, com especial incidência das cerâmicas de uso quotidiano e de transporte, afirma-se enquanto substancialização de uma nova realidade, marcada pela abertura a outras formas de estar e produzir, assim como aos intercâmbios de amplo espectro.

Tal apreciação não enforma, contudo, uma situação inesperada. Já em texto de 2013, Rui Morais indicava, por um lado, o Castro de Guifões (Matosinhos) e, por outro, o Aljube (Porto), como dois dos espaços que, a norte do Douro, operaram como “[...] enclaves marítimos de receção, consumo [e] redistribuição de produtos à escala regional” (Morais, 2013, p. 102). E, de facto, ainda que as ligações entre o Noroeste e outros pontos da geografia europeia e peninsular estejam documentadas desde fases anteriores, é sobretudo no período augustano que as dinâmicas comerciais de larga escala ganham novo e determinante fôlego (Morais, 2013, p. 102).

De qualquer modo, e apesar da ulterior trans-

formação das circunstâncias políticas e administrativas vigentes, o sítio continuou a denotar vitalidade no Baixo Império: uma vitalidade traduzida, no Campo da Ponte, na construção de novas estruturas e de depósitos correlacionados. E algo que se revela especialmente interessante na observação dos materiais recolhidos nesses níveis, é o leque de proveniências confirmadas. Com efeito, e se é evidente que as produções locais e

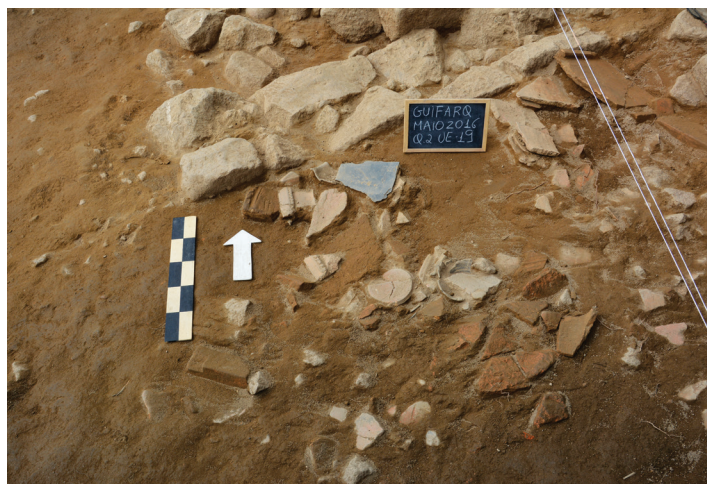


Fig. 5 – Fotografia ilustrativa de [19], depósito com tonalidade castanha alaranjada. Confina com duas estruturas (uma das quais, [35], na foto, se encontra truncada) e inclui grandes concentrações de material cerâmico, nomeadamente, *dolia*.

regionais constituem um acervo predominante, importa sublinhar que no panorama tardio do Campo da Ponte pontuam igualmente elementos importados.

Tomando como exemplo o depósito [19] (Fig. 5), veja-se como ilustra a conjugação descrita. Se por um lado integrava considerável quantidade de *dolia*<sup>11</sup>, recipientes de armazenamento que, por princípio, se presume fabricados localmente, até pela sua avultada dimensão (Járrega Domínguez, 2008, p. 61), por outro incluía igualmente materiais de procedência norte-africana.

Neste âmbito, concedemos destaque a parte de uma ânfora (bordo, colo com grafito, arranque de bojo e de asa) tipo Keay 59. Provavelmente fabricada em Byzacena, entre os finais do séculos IV e a primeira metade do V, terá granjeado circulação razoavelmente dilatada, atingindo, nomeadamente, sítios peninsulares banhados pelo Mediterrâneo, como Ampúrias e Tarragona (Bonifay, 2004, pp. 31, 132). Sensivelmente coevo será o fragmento de prato de uma forma 67.12, com decoração correspondente ao tipo 75 q (Hayes 1972, pp. 113, 242–243): um, entre os muitos fragmentos de *Sigillata* Clara, de fabrico D, cuja recolha o Castro tem vindo a proporcionar. Com efeito, e conforme previamente mencionado, as cerâmicas africanas<sup>12</sup> exumadas em Guifões mereceram já, e por diversas vezes, estudos de fundo ou referências circunstanciais na bibliografia<sup>13</sup>. Atendendo ao tipo de formas identificadas, deverão ser enquadradas no período que se estende entre a segunda metade do século IV e os meados do V (Almeida & Santos, 1975, p. 56; Varela & Morais, 2014, p. 409).

Mas, para além dos materiais de proveniência norte-africana, há que recordar o facto de produções originárias de outras geografias terem igualmente sido rastreadas no Castro, circunstância que, naturalmente, obriga a abrir as esferas espaciais de importação consideradas. Uma das ocorrências a sinalizar prende-se com fragmentos de cerâmica focence (Late Roman C), com prevalência da forma 3 de Hayes, disseminada em torno do Mediterrâneo e do Atlântico sobretudo entre 450 e 550. A presença deste tipo de produção e, em particular, da forma em causa, está documentada noutros sítios com ocupação tardia, nomeadamente, em Crestuma, Braga, Tróia ou *Conimbriga* (Delgado & alii, 1975, p. 342; Silva & alii, 2015, pp. 152, 158). Aliás, interessaria correlacionar tal evidência, e o breve rol de estações elencadas com o facto de alguns núcleos urbanos com posicionamento mais interior beneficiarem da existência de itinerários de distribuição secundários que partiam de pontos costeiros ou próximos de cursos fluviais navegáveis (Fabião, 1998, p. 176).

Face ao exposto, constata-se que, de facto, o Castro na sua globalidade e o Campo da Ponte, em particular, enformam inegáveis contributos para corroborar uma asserção que vem ganhando crescente força: a de que a Antiguidade Tardia está longe de poder ser caracterizada como um tempo de estagnação em termos comerciais (Járrega Domínguez, 2008, p. 62; Fabião, 2009, p. 33). Não surge, pois, destituída de fundamento a afirmação de que a vitalidade e importância do sítio poderão ser perspectivados à luz de vários factores, entre os quais se realça a ligação ao mar, ao

<sup>11</sup>Recuperaram-se 137 fragmentos de *dolium* na mencionada unidade. A avaliar pela variada qualidade das pastas e tipos de acabamentos, pertenciam a diferentes recipientes.

<sup>12</sup>Ressalve-se, contudo que as Claras C recuperadas no âmbito do Projecto GUILFARQ, patentes, com especial prevalência, em [41], enchimento de uma fossa que cortava níveis atribuídos à viragem do milénio (Arezes & Varela, 2018b, pp. 31–32), aguardam estudo pormenorizado.

<sup>13</sup>Pelas características apresentadas, considerou-se que ombreavam, em termos de relevância, com as detectadas no Castro de Santa Maria de Fiães, em Santa Maria da Feira (Almeida, 1973, p. 191). Aliás, é interessante assinalar outros pontos de contacto entre os dois Castros, como o facto de ambos se implantarem em altura, e em posição sobranceira a cursos fluviais – no caso de Fiães, erguendo-se sobre o rio Uima (Almeida & Santos, 1972, p. 151). Além do mais, há igualmente a considerar a longa diacronia de materiais exumados que, nos dois sítios, poderá recuar ao Bronze Final (Almeida & Santos, 1972, pp. 153–168).

Fig. 6 – Perspectiva aérea do espaço de intervenção do Projecto GUIFARQ, captada na sequência da conclusão da campanha de trabalhos de Abril-Maio de 2019. Fotografia de César Guedes.



rio e ao papel estratégico que, através destas vias, foi desempenhado pelo comércio.

Com efeito, tem sido evocada, em diversas publicações, a possibilidade de o Monte Castelo ter sido dotado de um “porto de acostagem”<sup>14</sup>, em funcionamento desde a Proto-História. Álvaro Moreira e Armando Coelho da Silva propuseram, aliás, a identificação do Castro com um *vicus* portuário, plenamente inserido na rota do eixo atlântico (Moreira & Silva, 2010, p. 133). Para a construção desta hipótese concorreu, para além da análise geomorfológica do estuário do Leça e da documentação histórica que se lhe refere, o achado de múltiplos vestígios materiais, entre os quais se poderia destacar o casco de uma embarcação, a escassas centenas de metros da desmornada ponte medieval (Varela, 2013, p. 77). Mas, independentemente de a existência do “porto” vir ou não a ser plenamente verificada, a relação umbilical do sítio e da sua envolvente com o rio e com o mar encontra-se plenamente firmada. Com efeito, e mesmo com o avanço da cronologia, o aproveitamento dos recursos potenciados pelas águas continuou a ser garantido. Os movimentos das marés, por exemplo, asseguravam o funcionamento das salinas medievais, mencionadas na documentação (Almeida & Santos, 1975, p. 50). Aliás, o sal constituía um bem de importância primordial, que poderá ter sido procurado e explorado na área desde fases mais recuadas, até

pelo seu potencial de conservação para alguns dos produtos transportados através dos circuitos de navegação (Varela, 2013, p. 80).

### 3. Considerações finais

Na sequência do exposto, comprova-se que o Castro de Guifões se assume, de facto, como um espaço que reúne condições favoráveis ao desenvolvimento de diversos vértices de investigação. Como demonstrado, há lacunas a sinalizar: algumas, irremediáveis, porque decorrem de acções e explorações consumadas, que afectaram áreas e contextos, do cume à base da elevação. Destruições, reformulações, construções e aterros foram, por um lado, criando vazios e apagando memórias; por outro, promovendo palimpsestos, reutilizações, ou reatribuindo usos e sentidos.

Em contrapartida, porém, emergem possibilidades de promover novas leituras e conhecimentos, mediante uma assertiva formulação das perguntas a colocar ao sítio e da cuidada reflexão acerca do direccionamento e potencialização a conferir aos estudos em curso. Evidentemente, os múltiplos indicadores já recuperados não podem ser encarados como um reflexo directo das diversas realidades cristalizadas naquele espaço, até porque as parcelas que, ao longo dos anos, foram intervenções com metodologia científica abarcam

<sup>14</sup>A propósito, sublinhe-se que Maria Luísa Blot indicou a foz do Leça como possível fundeadouro protegido por escolhos rochosos: os “leixões”, responsáveis pela criação de uma espécie de “quebramar natural”, que viria a potenciar a criação do actual porto (Blot, 2003, pp. 48, 61).

apenas uma reduzida parte do castro: são, por isso, passíveis de permitir entrever alguns quadros, mas naturalmente, não o todo.

Os contributos gerados pelas materialidades para a aferição de cronologias, práticas, consumos, ou das relações estabelecidas com centros produtores, por vezes, com considerável por menor, perfilam-se como determinantes para

a avaliação de uma série de dinâmicas que, no Castro de Guifões, se encontram ainda, em larga medida, por explorar. Por conseguinte, haverá que continuar a olhar, trabalhar e pensar o sítio, para que as especificidades e estratégias subjacentes à sua longa ocupação possam ser clarificadas, e também de modo a conceber novas e estruturantes linhas de pesquisa.

## Bibliografia citada

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1969) – Romanização das Terras da Maia. *Estudos sobre a Terra da Maia*. 4, pp. 1–49.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1973) – Cerâmica romana de Fiães. *Revista da Faculdade de Letras*. 3, pp. 191–205.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; SANTOS, Eugénio dos (1972) – O Castro de Fiães. *Revista da Faculdade de Letras*. 2, pp. 147–168.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; SANTOS, Joaquim Neves dos (1975) – Cerâmica romana, tardia, de Guifões. *Archaeologica Opuscula*. 1, pp. 49–56.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; SOEIRO, Teresa; ALMEIDA, C. Alberto Brochado; BAPTISTA, António José (1981) – Escavações arqueológicas em Santo Estevão da Facha. Separata de *Arquivo de Ponte de Lima*. 3, pp. 1–90.

AREZES, Andreia; VARELA, José Manuel (2018a) – GUIFARQ – Projeto de Investigação Arqueológica de Guifões. *Relatório Final*. Porto. Texto policopiado.

AREZES, Andreia; VARELA, José Manuel (2018b) – *Relatório de progresso anual: GUIFARQ – Projecto de Investigação Arqueológica de Guifões: Castro do Monte Castelo de Guifões (Matosinhos) – Campanha de 2017, Porto – 7 de Fevereiro de 2018*. Porto: texto policopiado.

BARROCA, Mário Jorge (1990–1991) – Do castelo da Reconquista ao castelo românico (Séc. IX a XII). *Portugalia*. Nova Série. 11–12, pp. 89–136.

BARROCA, Mário Jorge (2017) – *Prope litore maris: o sistema defensivo da oral litoral da Diocese do Porto (séc. IX a XII)*. In AMARAL, Luís C., ed. – *Um poder entre poderes nos 900 anos da restauração da Diocese do Porto*. Porto: CEHR, Faculdade de Teologia da Universidade Católica, pp. 197–243.

BEZECZKY, Tamás (2010) – Italian Wine in the Eastern Mediterranean. Amphorae from Etruria, Latium, and Campania from the fourth century B.C. to the first century A.D. The case of the Ephesian amphorae. *Bollettino di Archeologia*. Volume speciale, pp. 82–92.

BLOT, Maria Luísa B. H. Pinheiro (2003) – *Os portos na origem dos centros urbanos: contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

BONIFAY, Michel (2004) – *Etudes sur la céramique romaine tardive d'Afrique*. Oxford: Archaeopress.

CARRERAS MONFORT, César (2000) – Producción de Haltern 70 y Dressel 7–11 en las inmediaciones del Lacus Ligustinus (Las Marismas, Bajo Guadalquivir). In Genaro, ed. – *Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae: conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano* (Sevilla – Écija, 17 a 20 de Diciembre de 1998), Vol. I. Écija: Editorial Gráficas Sol, pp. 419–426.

CENTENO, Rui; SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1978) – Corte estratigráfico na Citânia de Briteiros (Guimarães) 1977–1978. *Revista de Guimarães*. 88, pp. 421–430.

CLETO, Joel; VARELA, José Manuel (1999) – O Castro de Guifões (Matosinhos): dos estudos de Martins Sarmiento às investigações da actualidade. *Revista de Guimarães*. Volume Especial. 2, pp. 1–18.

COIMBRA, Fernando (1999) – A suástica do Castro de Guifões e alguns paralelos europeus. *Matesinus. Actas das I Jornadas de História e Património Local*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos, pp. 106–112.

DELGADO, Manuela; MAYET, Françoise; ALARCÃO, Adília Moutinho (1975) – Les sigillées. In ALARCÃO, Jorge de; ETIENNE, Robert, eds. – *Fouilles de Conimbriga*, 4. Paris: De Boccard.



- DUPUY, Christian (2010) – Une gravure rupestre dans l'Adrar des Iforas (Mali) identique aux «roses camuniennes» du val Camonica (Italie). *Les Cahiers de l'Association des Amis de l'Art Rupestre Saharien*. pp. 117–126.
- FABIÃO, Carlos (1998) – O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 1:1, pp. 169–198.
- FABIÃO, Carlos (2008) – O Ocidente da Península Ibérica no século VI: sobre o *pentanumium* de Justiniano I encontrado na unidade de produção de preparados de peixe da Casa do Governador da Torre de Belém, Lisboa. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 4, pp. 25–50.
- HAYES, John (1972) – *Late Roman Pottery: a catalogue for Roman fine wares*. London: The British School at Rome.
- JÁRREGA DOMÍNGUEZ, Ramón (2008) – Los estudios de cerámica romana en las zonas litorales de la Península Ibérica: un balance a inicios del siglo XXI. In BERNAL CASASOLA, Dario; RIBERA I LACOMBA, Albert, eds. – *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión. XXVI Congreso Internacional de la Asociación Rei Cretariae Romanae Fautores*. Cádiz: Universidad de Cádiz, pp. 49–81.
- MAYET, Françoise (1983) – *Les céramiques sigillées hispaniques: contribution à l'histoire économique de la Péninsule Ibérique sous l'empire romaine*. Paris: De Boccard.
- MORAIS, Rui (2004) – Bracara Augusta: um pequeno “testaccio” de ânforas Haltern 70: considerações e problemáticas de estudo. In Figlinae Baeticae: *talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C.–VII d.C.): actas del Congreso Internacional, Cádiz, 12–14 de noviembre de 2003*. Oxford. BAR, International Series. 1266, pp. 545–565.
- MORAIS, Rui (2013) – Durius e Leça: dois percursos de um mesmo itinerário – problemáticas em torno das ânforas Haltern 70. *Portugalia*. Nova série. 34, pp. 101–136.
- PEACOCK, David P. S.; WILLIAMS, David F. (1986) – *Amphorae and the Roman economy: an introduction guide*. London: Longman Archaeology Series.
- PIRES, Conceição; VARELA, José M. (2019) – *Memórias do Monte Castelo. 100 anos do nascimento de Joaquim Neves dos Santos*. Matosinhos: Câmara Municipal.
- PINTO, Ruy de Serpa (1932) – A cidade de Terroso e os Castros do Norte de Portugal. *Revista de Guimarães*. 42:1–2, pp. 81–91.
- REY CASTIÑEIRA, Josefa (2014) – A olaria castreja de tradição Minho. In MORAIS, Rui; FERNÁNDEZ, Adolfo; SOUSA, M. José, eds. – *As produções cerâmicas de imitação na Hispania*. Porto e Madrid: FLUP; SECAH, pp. 289–302.
- SANTOS, Joaquim Neves dos (1955) – *Guifões: notas arqueológicas, históricas e etnográficas. Castrum Quiffiones*. Porto: edição do autor.
- SANTOS, Joaquim Neves dos (1963) – Serpentes geminadas em suástica e figurações serpentiformes do Castro de Guifões. *Lucerna*. 3, pp. 136–155.
- SANTOS, Joaquim Neves dos (1995–1996) – Sobre uma sítila do Castro de Guifões. *Matesinus*. 1:2, pp. 20–22.
- SARMENTO, Francisco Martins (1970) – Antiqua (1878). *Revista de Guimarães*. 80:1–2, pp. 11–72.
- SILVA, António M.; PEREIRA, Pedro; CARVALHO, Teresa P.; PINTO, Filipe; SOUSA, Laura (2015) – O Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia): um contexto estratigráfico tardo-antigo no extremo Noroeste da Lusitania. In QUARESMA, José Carlos; MARQUES, João António, eds. – *Contextos estratigráficos na Lusitania (do Alto Império à Antiguidade Tardia)*. pp. 149–167.
- VARELA, José Manuel (2010) – Monte Castelo (Guifões, Matosinhos). *O Rio da Memória: Arqueologia no território do Leça*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos, pp. 108–111 e 142–145.
- VARELA, José Manuel (2013) – O Sítio do Monte Castelo (Guifões, Matosinhos), o Rio Leça e as Navegações na Antiguidade”. *Al-Madan*. II Série. 18, pp. 75–81.
- VARELA, José Manuel; MORAIS, Rui (2014) – Almofarizes tardios com revestimento vidrado interior do sítio do Monte Castelo (Guifões – Matosinhos). In MORAIS, Rui; FERNÁNDEZ, Adolfo; SOUSA, M. José, eds. – *As produções cerâmicas de imitação na Hispania*. Porto; Madrid: FLUP; SECAH, pp. 407–415.
- VILAÇA, Raquel (2007) – Considerações sobre cerâmicas pré e proto-históricas do território português. In *A produção de cerâmica em Portugal: histórias com futuro*. Barcelos: Museu de Olaria, pp. 1–25.